



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680231 - SP (2021/0219624-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ANA PAULA DA SILVA
ADVOGADO : ANA PAULA DA SILVA - SP401560
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFERSON FERNANDES MARTINS FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFERSON FERNANDES MARTINS FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501288-02.2019.8.26.0079).

O paciente foi condenado às penas de 2 anos e 6 meses de reclusão no regime inicialmente semiaberto e de 250 dias-multa pela prática do delito de tráfico de drogas (art. 33 da Lei n. 11343/2006), substituída a privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Neste *writ*, a impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal porque não houve fundamentação idônea para a fixação da minorante do § 4º do art. 33 da Lei de Drogas em apenas 1/2 e para o estabelecimento do regime intermediário.

Alega que o paciente é primário e as circunstâncias judiciais foram todas consideradas favoráveis, sendo devida a aplicação da minorante do tráfico privilegiado em grau máximo e o estabelecimento do regime aberto, nos termos das Súmulas n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal e 440 do Superior Tribunal de Justiça.

Requer liminarmente o deferimento do direito de aguardar o julgamento do *writ* em regime aberto. No mérito, pleiteia a concessão da ordem de *habeas corpus* para que sejam reduzidas as reprimendas e abrandado o regime prisional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em análise sumária própria do regime de plantão, verifica-se que o regime inicial mais intermediário foi fixado com base na gravidade abstrata do delito e em considerações genéricas, embora a pena-base tenha sido fixada no mínimo legal, o que afronta as Súmulas n. 718 e 719 do STF e 440 do STJ.

A respeito do tema, este Tribunal da Cidadania vem decidindo:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CULPABILIDADE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. REGIME FECHADO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. FIXAÇÃO DO SEMIABERTO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. As instâncias ordinárias exasperaram a sanção do réu Igor, na primeira fase da dosimetria, pela via da culpabilidade, sem fundamentar, concretamente, o desvalor conferido à vetorial, em desacordo com a orientação consolidada das Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte. A correção da dosimetria da pena, fundada em jurisprudência pacífica deste Tribunal Superior, representa nada além de o mero controle da legalidade dos critérios empregados e não viola a discricionariedade do juiz. Precedentes.

2. Ademais, a Corte estadual impôs ao paciente o regime fechado para o início da satisfação da reprimenda, sem motivação idônea, em inobservância aos enunciados sumulares n. 719 e 440 do STF e do STJ, respectivamente. Nesses casos, cabível é a fixação do regime prisional adequado, diretamente, por este Superior Tribunal, ex vi do disposto no art. 33, § 2º, "b", e § 3º, do Código Penal. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp n. 527.679/DF, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 9/6/2021.)

Assim, considerando o *quantum* da pena aplicada (2 anos e 6 meses de reclusão), a primariedade, a ausência de circunstância judicial desfavorável e a falta de fundamentação concreta, o regime adequado seria o aberto (art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal) e não o semiaberto.

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para que o paciente aguarde em regime aberto o julgamento definitivo do *habeas corpus*, ressalvada a hipótese de estar cumprindo pena por outro processo em regime diverso ou de haver contra ele mandado de prisão cautelar.

Comunique-se com urgência ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-lhes informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente